



FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014. 148 p.

### **...E O GOLPE VIROU DITADURA. MAS QUAL DITADURA?**

Anderson da Silva Almeida<sup>1</sup>

Durante todo o ano de 2014, por ocasião da passagem dos 50 anos do Golpe de 1964, ocorreram no Brasil inúmeros eventos organizados por diversas instituições (arquivos públicos, universidades, sindicatos etc.), com o objetivo de estimular debates e reflexões a respeito da história recente do país, especialmente o período 1964-1985, marco cronológico identificado pelo grande público e pela maioria dos pesquisadores como o período da ditadura militar ou civil-militar. Entretanto, devo ressaltar que no amplo debate que ainda ecoa e se fará ouvir por um bom tempo, esse recorte temporal e o caráter ou “natureza” do Golpe/Ditadura foram temas que suscitaram amplo desgaste das cordas vocais e tremular de pernas e cadeiras.

As reflexões pela passagem do Cinquentenário não se resumiram a esses encontros. Especificamente sobre o campo historiográfico, poderíamos relacionar aqui pelo menos uma dezena de obras publicadas apenas em 2014, o que indica que a efeméride suscitou interesse tanto de autores, quanto de editoras e leitores.

O livro em questão, mesmo sendo uma *edição de bolso* destinada a um público não especialista, difere de várias obras contemporâneas, tanto pelo recorte temporal escolhido (1960-1968), quanto pela proposta conceitual que apresenta. Carlos Fico, doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professor titular de História do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é pesquisador consagrado na temática, inclusive tendo conquistado o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda de Ensaio da Biblioteca Nacional, com o livro *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo* (Civilização Brasileira, 2008).

---

<sup>1</sup>Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde integra o Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC). É membro dos grupos de pesquisa Memória, Ditaduras e Contemporaneidades (UFBA) e Poder, Cultura e Relações Sociais na História (UFS). Em 2012 teve sua dissertação de mestrado, *Todo o leme a bombordo: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil*, publicada pelo Arquivo Nacional, no âmbito do Prêmio Memórias Reveladas, do qual foi um dos vencedores em 2010.

Em *O golpe de 1964: momentos decisivos*, Fico retoma alguma questões apresentadas de modo mais profundo em obras anteriores e constrói uma síntese que vai da eleição de Jânio Quadros e João Goulart, em 1960, até a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968 (embora a cronologia apresentada ao final enfoque apenas o período 1961-1965). Em um formato mais livre, “sem as amarras por vezes asfixiantes do formato universitário”, a obra foi dividida de uma maneira linear e didática: apresentação, antecedentes, o golpe e considerações finais.

Na *apresentação*, escrita em primeira pessoa, o autor expõe suas opções conceituais e o recorte temporal escolhido para balizar a duração da ditadura. Fico considera que houve apoio da sociedade ao golpe e propõe um deslocamento em relação às perguntas que devem ser feitas por quem se interessa em estudar o evento. Em vez de ‘como foi que se iniciou a ditadura militar’, deveríamos indagar ‘por que tantos o apoiaram?’ [O Golpe]. A partir dessa provocação, que sugere inúmeras reflexões, são reveladas as preferências, obviamente alicerçado em forte base empírica e teórica, pela expressão “Golpe civil-militar”. Entretanto, ao contrário dos estudiosos que não diferenciam “o caráter” do golpe à ditadura que se seguiu, Fico faz essa distinção e defende que o regime construído logo após o golpe foi “uma ditadura indiscutivelmente militar”.

Essa definição, forte, enfática e *indiscutível* [?], é justificada pela premissa de que “não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração”. Já em relação à duração, permanece ao lado dos que consideram seu início em 1964 e o seu término em 1985, ou seja, 21 anos – periodização mais aceita pela historiografia acadêmica, com algumas discordâncias, algumas agregando bons ingredientes ao debate, outras nem tanto, ou nenhum pouco.

No passo seguinte da “conversa” a primeira pessoa sai de cena. *Os antecedentes* do golpe são narrados de uma maneira a levar o leitor, acadêmico ou não, a compreender o cenário político nacional através das conjunturas da política de estado. O ponto de partida, como já dissemos, são as eleições de 1960, que levou Jânio Quadros ao cargo de presidente da República, e João Goulart, pela segunda vez, ao posto de vice-presidente. Nessa parte do livro, somos apresentados a um Jango que se tornaria “presidente por acaso”, e “visto por militares como um promotor de agitações nos meios sindicais” desde quando foi ministro do Trabalho de Getúlio Vargas. Sua chegada à presidência em setembro de 1961 após a renúncia de



Jânio, é apresentada passo a passo, com destaque para o papel de Brizola na organização da Rede da Legalidade, com posto de comando no Rio Grande do Sul. No imbróglgio criado para que fosse possível a posse de Jango, a saída pela via do parlamentarismo e a proposta de um plebiscito para decidir sobre a permanência ou não do sistema parlamentar, que de fato foi realizado em janeiro de 1963, com a vitória dos que desejavam o sistema presidencialista.

O impacto da Guerra Fria nas relações do Brasil com os Estados Unidos é uma questão que também ganha cores e serve como ingrediente que agrega informações aos iniciantes na temática. A trajetória do sentimento anticomunista nas Forças Armadas e as mudanças da política externa estadunidense, principalmente a partir de 1961 – quando o governo cubano se declarou socialista – são sublinhados como fatores de média duração que, de alguma forma, influenciaria nas escolhas políticas que marcaram as duas décadas seguintes no Brasil. A *Aliança para o Progresso*, lançada pelos Estados Unidos não gratuitamente em 1961, era “um programa de ajuda financeira” e tinha como principal objetivo “o combate ao comunismo”. Essa moldura ideológica teria comprometido seu resultado efetivo, fazendo-a parecer mera propaganda, adverte Fico. Contudo, essa nova concepção da política externa dos EUA em relação ao Brasil foi o embrião de uma forte política de desestabilização do governo Jango, caracterizada pelo financiamento de candidatos opositores e, no ponto mais alto, a efetiva organização da *Operação Brother Sam* para apoiar militarmente o golpe de 1964.

Ao analisar o processo de desestabilização por qual passou o governo Jango, Fico mais uma vez expõe sua veia analítica e interpretativa propondo ao leitor a distinção entre *desestabilização* e *conspiração*. A estratégia desestabilizadora, iniciada de forma sistemática e organizada em 1961 – com massivo apoio dos Estados Unidos e as atuações, principalmente nos anos 1962/1963, de duas associações de empresários, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) –, teria como objetivo principal enfraquecer Goulart “tendo em vista as eleições gerais de 1962 e a campanha eleitoral que levaria à escolha do novo presidente em 1965”. Já a conspiração teria seu ponto de partida em 1963, com a efetiva participação dos militares, mesmo que ainda de forma desarticulada e desorganizada, mas já com um objetivo claro: a deposição do presidente. Nesse sentido, o apoio dos militares seria indispensável.



Na segunda parte do livro, como uma espécie de *trailer* cinematográfico, Fico aborda o golpe propriamente e seus “momentos decisivos”, justificando o título escolhido para a obra. Em 57 páginas compostas com narrativas, análises, citações de fontes primárias e secundárias, o autor questiona o mito do golpe sem violência, “asséptico e banal”; reafirma através de sólidas exposições o apoio de setores da sociedade ao golpe; retoma com detalhes o apoio dos Estados Unidos; analisa a atuação do Congresso Nacional; reflete e questiona a não resistência ao golpe; passa pelos bastidores da posse de Castelo Branco e chega ao reconhecimento internacional que consolidou o movimento golpista.

Nesse passeio, em alta velocidade, aparecem na paisagem as mobilizações conservadoras “Cruzada do Rosário”, organizadas pelo padre irlandês Patrick Peyton que veio ao Brasil em 1962; as “Marchas da Família, com Deus e pela, Liberdade” e o movimento organizado por Assis Chateaubriand “Ouro para o bem do Brasil”, que contou com o apoio de políticos de projeção nacional, como Adhemar de Barros, e de organizações de peso, como o Rotary Club Internacional.

Ao se referir especificamente ao “movimento das tropas”, o destaque do professor da UFRJ vai para Minas Gerais sublinhando as atuações do marechal Odílio Denis e do governador Magalhães Pinto, que chegou a nomear um secretariado especial, provavelmente seguindo diretrizes acordadas com os Estados Unidos, objetivando criar uma espécie de “governo alternativo provisório” em Minas Gerais, caso houvesse resistência ao golpe. O destaque a Minas não é gratuito, pois, como bem sabemos, foi de lá que o general Olympio Mourão Filho largou com as tropas deflagrando o golpe que seria vitorioso.

A narrativa prossegue levando o leitor aos bastidores da arranjada posse de Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, em plena madrugada do dia 02 de abril. É nesse episódio que fica evidente a efetiva participação do Supremo Tribunal Federal (STF), cujo presidente Ribeiro da Costa não hesitou em dar um ar de legalidade ao movimento golpista. Na análise de Fico, é inegável que esse aval do STF foi extremamente providencial para que os Estados Unidos viessem a reconhecer a legitimidade do “novo governo”. A Jango, tendo conhecimento do apoio norte-americano, coube “jogar a toalha”, deixando apenas um manifesto, ditado por Tancredo Neves e datilografado por Almino Affonso. As tentativas de Leonel Brizola de organizar uma resistência no Rio Grande do Sul, a exemplo de 1961, de nada adiantaram.



Nesse episódio, o autor prefere não apresentar juízo de valor e lança perguntas que, pelas próprias características da pesquisa histórica, dificilmente serão respondidas com alguma *objetividade*: “Goulart teve razão em não resistir? Ele estaria certo quando justificou-se: ‘seria uma sangueira’?”.

Antes de chegar ao momento do golpe, somos apresentados, de forma dispersa, a um perfil do presidente Jango que emerge na obra como “um homem de fracas convicções” que optou por uma “estratégia desastrada” quando se viu pressionado pelas demandas surgidas de diversos setores das esquerdas, principalmente após o plebiscito de janeiro de 1963, quando Jango teria interpretado o resultado como uma conquista pessoal. João Goulart também teria tomado “iniciativas catastróficas” em pelo menos três momentos de alta turbulência no pré-golpe: a decisão de realizar comícios para anunciar as reformas de base, sendo o comício da Central do Brasil realizado em 13 de março e a mensagem enviada ao Congresso dias seguintes, como momentos expressivos dessa decisão; sua atuação por ocasião da Revolta dos Marinheiros [prefiro Rebelião] iniciada em 25 de março; e, por fim, sua aparição no Automóvel Club do Rio de Janeiro, no dia 30 do mesmo mês, quando proferiu seu último discurso com presidente da República por ocasião da festa de 40 anos da Associação de Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar. Também aparece a informação que João Goulart era “um homem muito doente”, que “levava uma vida sedentária, fumava e bebia demais”.

Esse tipo de análise da personalidade de Jango é bastante presente na historiografia acadêmica. Entretanto, ressalto que também existem autores que enxergam “o derrotado” com lentes menos nebulosas.

A pergunta que utilizei para compor o título dessa resenha já havia sido respondida, entretanto agora o autor apresenta sua interpretação sobre em qual momento a divisão dos louros da vitória deixaria de ter os “civis” como participantes efetivos. Segundo Fico, dos desentendimentos surgidos entre Carlos Lacerda (governador da Guanabara) e o general Costa e Silva – que automeou-se comandante do Exército Nacional e criou o “Comando Supremo da Revolução” – teriam delimitado quem decidiria os rumos da política nacional nos anos seguintes: os militares. Curiosamente, a redação do *Ato* que institucionalizaria o regime, seria de um civil, o jurista Francisco Campos, “famoso por ter sido o autor da Constituição de 1937, base do Estado Novo (1937-45)”. Teria sido dele a ideia “de que o adequado seria outorgar o ato, sem aprovação do Congresso Nacional, pois a ‘revolução’

seria a fonte legítima do poder. Os chefes militares concordaram com a tese”. A partir daí deu-se a posse do general Castelo Branco e a busca pelo reconhecimento internacional da “ditadura militar”.

Nas considerações finais, a frase mais repetida pelo autor é que “o golpe não pressupunha a ditadura”. Com essa assertiva, Fico reforça a ideia principal da obra: a distinção da natureza do golpe e da ditadura que se seguiu. A conclusão do livro também poderia ter o título de “os fracassos de Castelo”, visto que para o autor, ao contrário das versões presentes na historiografia que apresentam um Castelo Branco moderado e legalista, ele não foi uma coisa nem outra e permitiu a escalada dos generais da chamada “linha dura”.

Fico também discorda da expressão “o golpe dentro do golpe” para designar o Ato Institucional nº5 (AI-5), publicado em 13 de dezembro de 1968. O argumento principal utilizado pelo autor é que “o AI-5 não expressou uma mudança da natureza do regime militar... com ele, houve, decerto, uma mudança de escala, mas não de natureza”. Há ainda o reforço da ideia de que o golpe foi o “evento-chave” da história do Brasil recente e não apenas o “evento inaugurador da ditadura”. Por fim, a incômoda e provocativa pergunta: “haveria espaço ainda hoje no Brasil para novos golpes militares?”

Para tentarmos buscar respostas na complexidade dos fenômenos históricos, é indicado que tiremos o livro do bolso e o degustemos com muito prazer. Mas também é indicado que, em sua mochila, na bolsa a tiracolo ou, quem sabe, em sua mala de viagens, o leitor também carregue consigo – não como peso, mas como apoio – outros livros de referência sobre a temática, inclusive indicados pelo autor nas páginas finais. Se isso acontecer, ou seja, se “momentos decisivos” for visto como um ponto de partida, acredito que autor e obra terão cumprido seus objetivos.

Recebido em 28/02/2015 – Aprovado em 11/04/2015